

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). PREGOEIRO(A), DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF

Referente: Ao Pregão Eletrônico Nº. 90016/2024.

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item.

Data de realização: Dia 27/11/2024 às 10h00min.

A empresa LIZARD SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº. 30.536.715/0001-24, Inscrição Estadual Nº. 10.811.427-9, Inscrição Municipal Nº. 462.844-6, com sede na Avenida Goiás Norte, Nº. 7506, Quadra 04, Lote 13, Residencial Humaitá, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.594-410, através de seu procurador, o Sr. Arnold Marques de Carvalho, Brasileiro, casado, Consultor de Vendas a Governo, portador do RG/CI Nº. 5102250 SPTC-GO, inscrito no CPF/MF Nº. 020.999.171-24, residente e domiciliado nesta capital do estado de Goiás, vêm respeitosamente à presença de Vossa Senhoria e demais membros da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, na forma da legislação vigente, apresentar:

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO INCORRETA

Conforme previsão contida no Art. 164 a 168 da Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e item 5.3, subitem 5.3.1 até o 5.3.12 do edital de licitação e seus anexos.

Termos em que, espera receber Deferimento.

ARNOLD MARQUES DE CARVALHO
PROCURADOR
RG/CI Nº. 5102250 SPTC-GO
CPF/MF Nº. 020.999.171-24

30.536.715/0001-24
LIZARD SERVIÇOS LTDA.
Av. Goiás Norte nº 7506 Qd. 04
Lt. 13 - Residencial Humaitá
CEP: 74.594-410
GOIÂNIA - GO

I – DA EMPRESA LIZARD SERVIÇOS LTDA:

Preliminarmente se faz necessário esclarecer que a empresa LIZARD SERVIÇOS LTDA é uma empresa consolidada e especializada em venda de veículos, situada na cidade de Goiânia - Goiás - GO, tendo assim como sua especialidade, a venda de veículos de todas as marcas disponíveis no mercado para órgãos da administração pública com foco na venda de veículos adaptados para Ambulância e derivados. Igualmente, a empresa LIZARD SERVIÇOS LTDA, vem atuando no mercado corporativo de vendas a governo, inclusive com um departamento especializado em licitações públicas, atendendo assim a vários órgãos da esfera Municipal, Estadual, Federal, Autarquias, Organizações Sociais entre outras, sempre com o compromisso em atender as necessidades técnico operacionais e administrativas de seus clientes, zelando pela responsabilidade e compromisso dos gestores públicos que este grupo contrata, bem como, zelando pelo atendimento singular de seus clientes, conforme pode-se notar a seguir:





II – DA TEMPESTIVIDADE:

O procedimento licitatório Pregão Eletrônico Nº. 90016/2024 da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, que ocorreu na data do dia 27/11/2024, em seu **ITEM 01**, versa a aquisição de 20 (vinte) veículos tipo Caminhão Leve (VLC) implementado com carroceria aberta, conforme descrições do termo de referência do respectivo processo licitatório.

Assim sendo, ante a solicitação principal do presente pedido, resta abarcado a tempestividade quanto ao recurso informado em edital, senão vejamos o estabelecido no próprio instrumento convocatório:

“5.3. Recursos Administrativos

5.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

5.3.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.10.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.

5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

5.3.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

5.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 10 minutos, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso.

5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

5.3.7. Qualquer recurso contra a decisão do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terá efeito suspensivo.

5.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.3.9. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

5.3.10. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.3.11. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema da sessão pública através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou, caso haja algum problema de envio via sistema, poderá ser enviado via email: 7a.sl@codevasf.gov.br, dirigidas ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.

5.3.12. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.”

Ainda neste sentido a Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), disciplina o exercício dessas manifestações nos seguintes moldes:

“Capítulo II – Das Impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação;

e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir

sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Art. 166. Da aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II e III do caput do art. 156 desta Lei](#) caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

*Parágrafo único. O recurso de que trata o **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

Art. 167. Da aplicação da sanção prevista no [inciso IV do caput do art. 156 desta Lei](#) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento

jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.”

Por fim, resta claro e cristalino quanto à tempestividade do recurso em referência, usufruindo assim esta licitante interessada, do prazo e todas as prerrogativas legais acerca do recurso sobre as decisões desta comissão, motivada por meio dos fatos e fundamentos a serem apresentados adiante.

III – DOS FATOS:

Desta forma, após o fim da fase de lances e análise da documentação apresentada a excelentíssima comissão de licitação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, prosseguiu de maneira **INCORRETA** com a habilitação da empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, onde a mesma foi DECLARADA VENCEDORA do item 1, de MANEIRA INCORRETA, tendo em vista que não atendeu a plenitude do respectivo instrumento convocatório de Pregão Eletrônico Nº. 90016/2024.

Sendo assim após a declaração de habilitação encaminhou-se para a nova fase da licitação: A de MANIFESTAÇÃO DE RECURSO, onde a empresa, LIZARD SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº. 30.536.715/0001-24, manifestou interesse em recorrer, tendo em vista não concordar com a habilitação da empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, baseando sua solicitação de recurso nos fatos a seguir.

1ª Irregularidade: A primeira irregularidade demonstrada pela empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, se dá pelo não atendimento ao que se solicita como requisito MÍNIMO para atendimento da proposta de preços apresentada. Sendo assim, ao analisarmos a proposta de preços apresentada, encontramos os seguintes erros:

- a) Proposta de preços apresentada não consta o modelo específico do veículo ofertado (o veículo ofertado possui dois modelos distintos com diferenças entre eles).
- b) Proposta de preços apresentada sem especificação técnica do veículo ofertado (o mesmo apresentou somente cópia do termo de referência, sem descrição detalhada do objeto ofertado).
- c) O valor do lance informado via sistema está divergente do apresentado na proposta de preços anexada via sistema.

Vejamos o que determina o edital supracitado sobre o envio das propostas de preços:

“6. ENVIO DAS PROPOSTAS:

6.1. Após a divulgação do Edital no portal <https://www.gov.br/compras> o licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com observância aos preços máximos unitários e global, orçados pela CODEVASF, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. A licitante deve atentar que deverá estar com todas as condições de habilitação exigidas neste Edital atendidas, até a data de abertura do certame, considerando o subitem 10.10.2 deste documento.

6.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta, em reais, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item;

b) Marca;

c) Fabricante;

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação técnica do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.3. A CODEVASF não considerará propostas para entrega parcial dos fornecimentos.

6.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

(...)”

Agora vejamos a proposta de preços apresentada pela respectiva empresa:

Aparecida de Goiânia - GO - 10 de novembro de 2024.

A
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
Secretaria Regional de Licitações - 7ª/SL
Pregão Eletrônico Nº 90016/2024

Abertura: 27/11/2024 às 10:00 horas

**ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa **AF EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ. Nº. 29.127.216/0001-02, Inscrição Estadual nº 10.740.248-3; Inscrição Municipal nº 311.003.421-0, estabelecida na Rua Jari Qd 79 Lt 04 - Sala 07 e 08 - Vila Brasília - Aparecida de Goiânia - GO, CEP. 74.905-460 e-mail licitacao@afempreendimentos.com, neste ato representada pelo Sr. Gabriel Pedro de Almeida Faria, sócio proprietário, brasileiro, solteiro, RG nº. 5651440 - SSP/GO, E CPF/MF Nº 022.664.331-05, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia - GO, vem através desta apresentar nossa proposta comercial, acatando todas as estipulações consignadas no edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QDT	UND	V.UND	V.TOTAL
1	Caminhão leve (VLC) com carroceria aberta de madeira ou em aço, equipado com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 Cv ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, novo, ano de fabricação corrente, cor branca, tração 4x2, direção hidráulica ou similar, transmissão manual ou automática, ar condicionado de fábrica, PBT MÍNIMO LEGAL de 3.400 kg, carga útil técnica mínima de 1.300 kg. Acompanha o veículo: macaco, chave de rodas, triângulo de sinalização, pneu estepe, manuais de bordo, faixas refletivas, chave geral para baterias, caixa/dispositivo protetor de baterias e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. O VEÍCULO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE - PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES	HYUNDAI HR	20	UND	R\$ 423.799,99	R\$ 8.475.999,80
TOTAL GLOBAL E DE: Quatrocentos e vinte e tres mil setescentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos						R\$ 8.475.999,80

Validade da proposta: até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Desta forma, ao analisarmos a proposta de preços apresentada, a mesma demonstra não atender aos requisitos mínimos solicitados em edital, conforme determinado no item 6, conforme segue exposto abaixo:

O veículo ofertado pela empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, se trata do fabricante Hyundai e o modelo HR.

Entretanto, o veículo ofertado **CONSTA COM DUAS VERSÕES DISTINTAS**, conforme demonstrado na própria ficha técnica apresentada pelo licitante:

- a) Modelo: L 2.5 TGDI MT.
- b) Modelo: GL 2.5 TGDI MT.

PREÇO & EQUIPAMENTOS

O HR está disponível em duas versões: L e GL, ano/modelo 24/25, ambos com **motorização 2.5 TGDI MT e tração 4x4**.
 Mostre ao cliente que o HR oferece o melhor em **conforto, praticidade e desempenho** entre os concorrentes, além de contar com **4 anos de garantia**.
A versão de entrada está disponível para atender unidades em estoque.

	L 2.5 TGDI MT	GL 2.5 TGDI MT
MSRP	R\$172.990	R\$179.990
Design	<ul style="list-style-type: none"> Para-choque na cor da carroceria DRL Faróis de neblina Bancos em tecido Rodas de aço 15" 	<ul style="list-style-type: none"> Para-choque na cor da carroceria DRL Faróis de neblina Bancos em tecido Rodas de aço 15"
Conforto	<ul style="list-style-type: none"> Direção hidráulica progressiva Vidros elétricos Sistema de ventilação Cluster 3,5" TFT/LCD 	<ul style="list-style-type: none"> Ar-condicionado Ajuste de altura do volante Direção hidráulica progressiva Vidros elétricos Sistema de ventilação Cluster 3,5" TFT/LCD
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Airbag para motorista e passageiro ABS Controle de estabilidade Assistente de frenagem emergência Alerta visual de não colocação do cinto de segurança Freios traseiros com válvula proporcionadora sensível a carga (LSPV) Alerta sonoro de abertura das portas 	<ul style="list-style-type: none"> Controle de travas elétricas Airbag para motorista e passageiro ABS Controle de estabilidade Assistente de frenagem emergência Alerta visual de não colocação do cinto de segurança Freios traseiros com válvula proporcionadora sensível a carga (LSPV) Alerta sonoro de abertura das portas
Áudio	<ul style="list-style-type: none"> 2 alto falantes 	<ul style="list-style-type: none"> Rádio com Bluetooth, USB, MP3

Nota-se de imediato ao analisarmos a ficha técnica apresentada, que os veículos constam com itens de série distintos entre as versões disponíveis para aquisição, o que demonstra que a respectiva empresa se quer sabe o que o que está ofertando em sua proposta. De forma que caso a mesma tenha apresentado a versão "L" a mesma não atenderia a especificação, tendo em vista que não irá possuir ar-condicionado original da fabricante conforme determina o termo de referência, e por conta da não apresentação da versão ofertada, não é possível determinar se o veículo atenderá ou não os requisitos desta contratação o que demonstra o primeiro erro insanável em sua proposta.

Outro ponto a se questionar sobre a proposta de preços apresentada, se encontra **SOBRE O VALOR OFERTADO PELA EMPRESA**, de forma que o valor ofertado na plataforma de licitações, GOV.BR, se encontra totalmente divergente do apresentado na proposta física, vejamos:

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
43.287.386/0001-77 ME/EPP Desclassificada	I A M ROCHA COMERCIO E SERVICOS LT... GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 240.000.0000 Valor negociado (unitário) -
29.309.381/0001-77 ME/EPP Inabilitada	INOVA AGRONEGOCIOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 241.000.0000 Valor negociado (unitário) -
29.127.216/0001-02 ME/EPP Aceita e habilitada	AF EMPREENDIMENTOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 243.500.0000 Valor negociado (unitário) -
30.536.715/0001-24	LIZARD SERVICOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) R\$ 245.200.0000 Valor negociado (unitário) -

O valor ofertado pela empresa no sistema GOV.BR durante a fase de lances, se encontra na casa de R\$ 243.500,00 (duzentos e quarenta e três mil e quinhentos reais), o que totalizaria um valor final pela quantidade de unidades do lote de: R\$ 4.870.000,00 (quatro milhões oitocentos e setenta mil reais).

Entretanto ao analisarmos novamente a proposta de preços apresentada, a mesma consta tanto numericamente quanto por extenso, um valor totalmente divergente do ofertado no momento da etapa de lances, vejamos:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QDT	UND	V.UND	V.TOTAL
1	Caminhão leve (VLC) com carroceria aberta de madeira ou em aço, equipado com motor diesel com potência bruta (nominal) de no mínimo 130 Cv ou unidade equivalente, declarado pelo fabricante, novo, ano de fabricação corrente, cor branca, tração 4x2, direção hidráulica ou similar, transmissão manual ou automática, ar condicionado de fábrica, PBT MÍNIMO LEGAL de 3.400 kg, carga útil técnica mínima de 1.300 kg. Acompanha o veículo: macaco, chave de rodas, triângulo de sinalização, pneu estepe, manuais de bordo, faixas refletivas, chave geral para baterias, caixa/dispositivo protetor de baterias e demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. O VEÍCULO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE - PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES	HYUNDAI HR	20	UND	R\$ 423.799,99	R\$ 8.475.999,80
TOTAL GLOBAL E DE: Quatrocentos e vinte e tres mil setescentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos						R\$ 8.475.999,80

Sendo assim, a proposta de preços apresentada, consta um valor totalmente distinto ao ofertado na etapa de lances, tanto numérica quanto por extenso, sendo a segunda falha insanável apresentada pela empresa em sua proposta, conforme determinado no Item 6 do instrumento convocatório.

Outro ponto a se questionar e que está vinculado ao explicitado anteriormente, **se dá sobre a SIMPLES CÓPIA DO TERMO DE REFERÊNCIA em sua proposta.** Fato este que é facilmente identificado na proposta de preços apresentada pela empresa, entretanto conforme descrito no próprio edital, a respectiva empresa interessada em participar do certame, deverá apresentar uma proposta de preços com sua descrição detalhada, item este que não fora cumprido pela respectiva empresa conforme exposto.

Desta forma, a empresa apresentou como sua proposta de preços, conforme explicitado acima, a simples cópia do termo de referência, não descrevendo o objeto ofertado (veículo) de maneira clara e objetiva e não informando a esta administração e os licitantes concorrentes a versão ofertada em sua proposta e os itens que compõem este veículo. Sendo assim a proposta apresentada se encontra mantendo somente o que se apresenta já descrito no próprio termo de referência, o que caracteriza como uma irregularidade grave, tendo em vista que a administração poderá receber um veículo distinto ao que se imagina que irá receber.

Situações como esta que se apresenta o pregoeiro deverá avaliar, frente aos critérios objetivos já previstos no edital, as informações constantes nas propostas e desclassificar aquelas que não atendem ao disposto no instrumento convocatório, no que concerne aos requisitos mínimos da contratação, vejamos:

“Sobre o tema, leciona Marçal Justen Filho:

“O julgamento das propostas obedece aos preceitos gerais acerca da matéria. Vale dizer, a classificação das propostas é antecedida do exame da conformidade com a Lei e o edital, desclassificando-se as defeituosas. (...)

Por isso, adota-se o entendimento de que uma proposta defeituosa não pode ser aceita pela Administração para efeito jurídico algum. Se o defeito for suficientemente grave para acarretar sua exclusão do certame, a proposta não pode produzir efeitos jurídicos - mais precisamente, não pode gerar os efeitos jurídicos equivalentes ao de uma proposta válida.

*Logo, seria juridicamente indefensável que um outro licitante fosse excluído da fase de lances porque a Administração realizou a seleção com base em proposta inválida. **A proposta defeituosa não poderá ser considerada como critério para definição do universo de licitantes admitidos à fase de lances.***

Se o for, o resultado será a invalidade da disputa, com renovação dos atos praticados.

Por tudo, a Administração tem o dever de fiscalizar permanentemente a atividade dos licitantes e suas propostas. Quanto antes for apurada a existência do defeito, tanto mais satisfatória terá sido a conduta da Administração. Excluir a proposta defeituosa já no primeiro momento significa eliminar disputas, controvérsias e problemas que surgirão no futuro. Mais ainda, equivale a prevenir dificuldades insuperáveis, que acarretarão a provável invalidade integral do pregão. É que a nulidade da proposta poderá contaminar os demais atos do procedimento licitatório, com graves prejuízos aos interesses perseguidos pela Administração e aos demais licitantes.

Dito de outro modo, a ausência de exame da validade da proposta não pode justificar-se através do argumento da celeridade, da eficiência ou da competitividade. Admitir a participação de licitante cuja proposta estiver eivada de nulidade caracterizará ofensa a todos esses princípios, precisamente porque a pronúncia posterior do defeito conduzirá ao desfazimento dos atos praticados. Será necessário retomar o procedimento licitatório desde o seu início, com desperdício de tempo, recursos e esforços públicos e privados.

O que se pode admitir é que o exame das propostas, nessa fase inicial, seja sumário e sintético. A natureza dinâmica do pregão exclui a realização de diligências, pesquisas ou investigações que demandem tempo ou suspensão do certame. O pregoeiro verificará as propostas, formulará indagações e concederá a todos a faculdade de manifestação. A decisão deve ser imediata, respeitando-se o direito de ampla defesa do interessado. Havendo dúvidas ou controvérsias, a decisão deverá ser fundamentada, ainda que sinteticamente. O

interesse da rapidez e a natureza sumária da cognição realizada nesse momento não autorizam decisões imotivadas.

(...)

*A Administração não pode ser constrangida a contratar mal, simplesmente porque realiza licitação para obter o menor preço. **Portanto, deverão ser desclassificadas as propostas que oferecerem produtos inadequados e desconformes com as exigências do ato convocatório. A desconformidade poderá caracterizar-se inclusive quando a qualidade do produto for insuficiente.** O tema se relaciona diretamente com especificações mínimas de qualidade.*

(...)

E se a descrição contida na proposta for insuficiente, omitindo a indicação precisa dos requisitos previstos no ato convocatório? Em princípio, esse é um caso de desclassificação da proposta. Se o edital descreveu certas qualidades e a proposta do particular não as abrange, tem de reputar-se que houve oferecimento de objeto diverso daquele exigido.”⁴ (grifou-se)”.

Sendo assim, conforme descrito no próprio instrumento convocatório, **a apresentação de uma proposta de preços formal e que atenda aos requisitos mínimos de sua apresentação é INDISPENSÁVEL para análise da comissão de licitações e dos demais concorrentes**, de forma que em posse deste documento a própria administração terá segurança das informações nelas contidas de acordo com a responsabilidade da proponente e que a mesma ofertada um produto que atenda em plenitude as exigências mínimas descritas no termo de referência do edital, sendo assim, **a não apresentação de uma proposta de preços clara e objetiva, com a descrição do produto ofertado, marca/modelo e valores de acordo com o ofertado pela empresa, se caracteriza como um ATO INSANÁVEL**, passível da desclassificação e inabilitação da proponente em que ocorre o erro, vejamos o que é determinado em edital:

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

(...)

7.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) analisará as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando, motivadamente, conforme subitem 9.3 deste Edital.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(...)

9.3. Após a análise das propostas, **serão desclassificadas**, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei n.º 13.303/2016, as propostas que:

a) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório ou identifique o licitante antes da fase de lances;

b) Apresentem vícios insanáveis, irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento;

(...)

g) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

Desta forma, conforme demonstrado na relação acima, a empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, não apresentou uma proposta de preços que atendesse as exigências do respectivo instrumento convocatório **ferindo assim o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (edital)**, de forma que como é amplamente sabido, uma regra que determina que, tanto a administração pública, como as empresas que participam de licitações, devem se submeter integralmente às condições estabelecidas no edital de convocação.

Isso significa que todas as cláusulas e condições previstas no edital devem ser cumpridas, princípio este que a respectiva empresa não compactua juntamente com vários outros que acabam sendo feridos pela mesma situação já expostos no decorrer deste documento, conforme determinara legislação, senão vejamos o que determina a Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021:

“CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#). “

2º Irregularidade: A segunda irregularidade demonstrada pela empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, se dá pelo não atendimento ao que se solicita como REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. A respectiva empresa, em sua documentação demonstra a segunda irregularidade grave, vejamos:

- a) Não apresentou atestado de capacidade técnica com objeto similar ao deste processo e em quantidade que fora determinada.**

Vejamos o que determina o edital supracitado sobre a apresentação de sua qualificação técnica:

“10.4. Qualificação Técnica:

A Qualificação Técnica constituir-se-á dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO exigidos no item 9 do Termo de Referência, Anexo II, que integra o presente Edital, devendo ser apresentados na forma ali estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.3. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, preferencialmente na língua portuguesa:

a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de fornecimento de veículos similares ao objeto da licitação de no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade do item a qual concorrer;

b) **Consideram-se fornecimentos similares:** fornecimento de materiais e equipamentos de mesma complexidade tecnológica, finalidade ou pertencente ao mesmo setor produtivo, como os que constam no Catálogo de Máquinas, Implementos, Veículos, Equipamentos, Materiais e Serviços, que são: Caminhão toco basculante, Caminhão trucado basculante, Caminhão munck; Caminhonete 4x4, entre outros;

c) A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimento similar de no mínimo 30 % do quantitativo do item da licitação a que estiver concorrendo;

d) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome;

Sendo assim, conforme disposto no Item 9.2.3, o respectivo edital/termo de referência, o mesmo solicita que seja apresentado atestado de capacidade técnica para bens em características compatíveis com o objeto desta licitação. Desta forma, vejamos o que é o objeto desta licitação e o item participado, conforme disposto em edital:

Tabela 01 – Distribuição dos itens.

ITENS INDIVIDUAIS				
Caminhões				
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.
1	601978	Caminhão tipo leve com carroceria carga seca em madeira/metálica.	unid	20
2	609987	Caminhão tipo leve com compactador de resíduos capac. 6 m ³ .	unid	20
3	609988	Caminhão tipo leve com compactador de resíduos capac. 10 m ³ .	unid	10
4	478163	Caminhão pipa com capacidade de 9.000 litros.	unid	10

Desta forma, conforme documentos apresentados pela respectiva empresa, notamos de imediato que a mesma não dispõe de capacidade técnica operacional para atendimento da complexidade do bem a ser ofertado a esta administração, de forma que conforme enviado pela própria empresa, não se encontra NENHUM atestado de veículo tipo CAMINHÃO/VUC/VLC, o que demonstra uma falta grave as diretrizes impostas no edital em seu item 9.2.3 e no que se determina em lei.

Outro ponto a se salientar, que conforme determinado em edital, se considera objeto similar os modelos de veículo: Caminhão toco basculante, Caminhão trucado basculante, Caminhão munck; Caminhonete 4x4, entre outros; E ao analisarmos a documentação apresentada consta-se somente 01 (um) único atestado que descreve o item como caminhonete, sendo os demais de veículo elétrico, furgão funerário, van de transporte de animais.

Ademais, o edital dispõe que o mesmo deverá apresentar a execução de fornecimento de 20 (vinte) por cento, da quantidade do item no qual se encontra participando. Desta forma, mediante os atestados apresentados, o mesmo não conseguirá comprovar sua capacidade técnica-operacional para atender a complexidade desta contratação.

3ª Irregularidade: A terceira irregularidade demonstrada pela empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, se dá pelo não atendimento ao que se solicita como PRAZO MÁXIMO DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS. A empresa, em sua documentação demonstra a terceira irregularidade grave, vejamos:

- a) A empresa apresentou certidões que foram emitidas a mais de 90 (noventa) dias, conforme determinado em edital.

Agora vejamos o que se solicita no respectivo descrito do edital supracitado:

*“10.7. A validade das certidões referidas no subitem 10.3 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. **Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição,** ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.”*

Novamente, ao analisarmos a respectiva documentação apresentada pela empresa, notamos que a mesma apresentou 02 (dois) documentos com prazo de emissão superiores ao determinado em edital. Os respectivos documentos são:

- a) Inscrição municipal – Emitida em 29/04/2024 – Vencimento: 27/07/2024.
b) Inscrição estadual – Emitida em 29/04/2024 – Vencimento: 27/07/2024.

PDF 3 - CNPJ EMITIDO EM 03-09-24 - AF.pdf	305.962	126.019	Microsoft Edge PD...	03/09/2024 10:21	E24C3FA1
PDF 5 - CND ESTADUAL VAL 03-12-24 - AF.pdf	5.205	4.482	Microsoft Edge PD...	01/10/2024 09:35	4B7B9950
PDF 5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL cancelado - AF EMPREENDIMENTOS.pdf	1.146.019	1.057.364	Microsoft Edge PD...	13/11/2024 17:23	CD21EA3B
PDF ATESTADO CARRO ELÉTRICO.pdf	651.199	403.179	Microsoft Edge PD...	10/03/2022 13:35	467191E7
PDF ATESTADO RABECÃO SVO.pdf	201.112	160.738	Microsoft Edge PD...	19/11/2024 13:01	7C0E98D2
PDF ATESTADO VEÍCULO ADAPTADO - VOLTA REDONDA.pdf	360.786	323.431	Microsoft Edge PD...	29/06/2022 09:56	3DC8F80F
PDF ATESTADO VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS - LONDRINA.pdf	121.667	98.405	Microsoft Edge PD...	19/12/2022 09:48	111F9F87
PDF BALANÇO 2022.pdf	1.467.700	1.276.703	Microsoft Edge PD...	16/05/2023 17:48	D2180A2D
PDF BALANÇO 2023 - AF EMPREENDIMENTOS.pdf	3.998.296	3.450.115	Microsoft Edge PD...	24/06/2024 14:11	38405EE1
PDF CND FEDERAL VAL 02-03-2025.pdf	79.236	77.028	Microsoft Edge PD...	03/09/2024 09:38	9B64FA3F
PDF CNDT - VAL - 02-03-25 - AF.pdf	86.050	83.699	Microsoft Edge PD...	03/09/2024 10:38	64D21720
PDF CNH GABRIEL Digital .pdf	110.398	80.256	Microsoft Edge PD...	20/10/2021 15:03	FDD183BC
PDF FALENCIA AF - EMITIDA 05-11.pdf	1.948.388	1.344.379	Microsoft Edge PD...	05/11/2024 15:40	0106E46E
PDF FGTS VENC. 15.12.2024.pdf	104.653	91.897	Microsoft Edge PD...	26/11/2024 16:26	2AD7E1E2
PDF INSC. ESTADUAL EMITIDA 29-04-24.pdf	1.066.442	1.061.300	Microsoft Edge PD...	29/04/2024 14:31	9558892B
PDF INSC. MUNICIPAL EMITIDA EM 29-04-24.pdf	3.682.004	3.661.370	Microsoft Edge PD...	29/04/2024 14:33	9AAE1B97
PDF MUNICIPAL VENC. 01.12.2024.pdf	13.263	11.611	Microsoft Edge PD...	01/11/2024 17:38	3693B699

Conforme demonstrado acima, a própria empresa já descreve a data de emissão do documento, de forma que conforme exposto, o respectivo edital determina que as certidões apresentadas devam ter sido emitidas com prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores a data da sessão, novamente outro item que está empresa demonstra não atender.

Por fim, conforme amplamente explicitado no decorrer deste documento, informamos que a excelentíssima comissão de licitação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, se PRECIPITOU EM HABILITAR a empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, de forma que a mesma se encontra em desatendimento ao que se determina no respectivo edital de licitação conforme exposto no decorrer deste documento.

IV – DOS PEDIDOS:

Solicitamos que o presente documento seja recebido e processado, bem como as demais providências sejam tomadas na forma da Lei para:

Que seja **DECLARADA INABILITADA**, a empresa A F EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ Nº. 29.127.216/0001-02, ante aos apontamentos afirmados no curso deste documento, tendo em vista o **TOTAL DESATENDIMENTO** pela empresa aos requisitos mínimos descritos no edital/termo de referência do respectivo edital (Apresentou proposta sem a versão específica ofertada, apresentou simples cópia do termo de referência como proposta, apresentou o valor de sua proposta divergente ao ofertado em edital, atestados de capacidade técnica que não atendem ao solicitado, certidões vencidas), conforme determina a Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais posteriores.

Que seja acatado os pedidos explicitados acima, onde, visando os princípios jurídicos legais a prefeitura proceda com a inabilitação da respectiva empresa, de forma a garantir após suas devidas consultas e diligências que tais informações apresentadas por esta empresa corroboram o entendimento jurídico atual e o que se determina em edital.

Que seja deferido o presente recurso, vista os fatos e fundamentos explicitados, bem como, a não tolerância da legislação vigente à cerca de ilegalidades em procedimentos licitatórios, que possam ferir os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatados.

Goiânia, 04 de dezembro de 2024.

ARNOLD MARQUES DE CARVALHO
PROCURADOR
RG/CI Nº. 5102250 SPTC-GO
CPF/MF Nº. 020.999.171-24

30.536.715/0001-24
LIZARD SERVIÇOS LTDA.
Av. Goiás Norte nº 7506 Qd. 04
Lt. 13 - Residencial Humaitá
CEP: 74.594-410
GOIÂNIA - GO